

# O PP NON DEFENDE O GALEGO NO SENADO

XAVIER VILHAR TRILHO

Dá vertigem ver o abismo que abre ante os nosos olhos a atrevida actitude de Partido Popular de deixar de se opor a que o galego se use unicamente na Comisión de Autonomías do Senado e só no debate anual específico sobre autonomías. É escandalosamente tergiversador que parte da imprensa presente tão raquítica medida como que o "PP defende o uso do galego no Senado". A verdade é que, até agora, inclusive vinha opondo-se a tal medida de reforma do regulamento do Senado, aprovada em Fevereiro deste ano pelos grupos do PSOE, CiU, PNV e Mixto, já que o PP só estaba disposto a que se utilizaram as linguas cooficiais das Comunidades Autónomas unicamente por parte dos Presidentes autonómicos e que o que estes foram dizer se repartira com anterioridade por escrito, traducido ao espanhol, aos senadores e que non houvera possibilidade posterior de debate. Daquela parecia-lhe já demasiado avanzada a mesquinha medida propiciada basilaramente pelo PSOE. Praticamente, como se vê, "o PSOE e o PP a mesma coisa é".

É esperpéntico que alguns vejam no

"Grande Dirigente Autonómico" Manuel Fraga-Iribarne ("Farol das Autonomías", "Sol da Administración Única", "Esclarecido Propulsor da Autoidentificación") o "Grande Imponedor do Galego", quando é das persoas que pidem permissão para falar o galego diante do Papa, quando o seu goberno nem sequer é capaz de que todos os nenos galego-falantes recibam o ensino primario em galego; quando na Galiza non se pode recibir todo o ensino (desde a primaria até finalizar os estudos universitários) na lingua nacional do país; quando na televisión autonómica se traducen os filmes brasileiros ao galego castrado e se escutamos máis filmes em "mexicano" dos que se projectam em galego nos canais da televisión

espanhola que se reciben na Galiza; quando non consegue facer respeitar a toponimia galega, única por lei, ao Presidente da Cidade-Estado da Coruña, Francisco Vázquez; quando na Galiza, em virtude da cooficialidade bilinguística e dos principios imperantes de liberdade de elección de lingua e de liberdade de mercado, a imensa maioría do que se ve, lê ou escuta está em espanhol.

-----

‘Estamos lonje de un auténtico tratamento democrático do plurilingüismo, como o que se dá na Confederación Helvética’

No Reino de España estamos moito lonxe de un auténtico tratamento democrático (= igualitário) do plurilingüismo, como o que se dá na Confederación Helvética, em cujos órganos federais centrais (em todos, non só no *Conselho de Estados*, equivalente ao noso Senado) se podem utilizar todos os días do

ano e em qualquer tipo de debate as três linguas oficiais (alemão, francês e italiano) da Confederación. Aos helvéticos non se lhes ocorreu impor o alemão como única lingua da Confederación, apesar de constituir os germanófonos o 74% da população, cifra maior da que representan no Reino de España os de fala castelhana nativa, non máis do 58,4% da população do Reino. Há que ter em conta que, entretanto na Suíça os francófonos e os italianófonos representan o 20% e 5% respectivamente da população total, no Reino de España as comunidades linguísticas históricas catalã, galega e basca significariam no 1970 (ano do último censo anterior á aprovação da actual Constituição de 1978), de estar completamente reconstituídas, o 26%, o 7,8% e o 7,1% respectivamente da população total do Reino. Quere-se dizer que na Suíça, a diferença daqui, se segue a regra de ouro de tratamento democrático das minorías, a de que "as minorías nunca devem ser minorizadas".♦

XAVIER VILHAR TRILHO é professor da Universidade de Santiago